

## Capitalismo e Bem-Estar Social na Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart

Valéria Cabreira Cabrera

### Valéria Cabreira Cabrera

Doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente, é pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-Unicamp)

Email: [valeriocabreira@gmail.com](mailto:valeriocabreira@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3343-5831>

### Resumo

A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart argui há 50 anos que o desenvolvimento econômico promove a mobilização social necessária para impulsionar uma mudança cultural intergeracional benéfica à democracia. Sob essa perspectiva, as sociedades altamente desenvolvidas seriam aquelas com as melhores condições culturais para a democratização e o avanço da democracia. A partir disso, procura-se realizar neste artigo um debate teórico acerca do entendimento de Inglehart e seus colaboradores sobre capitalismo e bem-estar social. Com isso, busca-se destacar que, em razão da sua normatividade orientada à defesa da democracia liberal, a Teoria do Desenvolvimento Humano aborda o capitalismo de forma benevolente e deixa de dar centralidade às políticas sociais na trajetória da democracia que descreve. Ao final, debate-se a possibilidade dessa teoria ter um enquadramento progressista neoliberal.

### Palavras-chave

Teoria do Desenvolvimento Humano; democracia; capitalismo; bem-estar social.

## **Capitalism and Social Welfare in Ronald Inglehart's Theory of Human Development**

### **Abstract**

Ronald Inglehart's Human Development Theory has argued for 50 years that economic development promotes the social mobilization needed to drive an intergenerational cultural change beneficial to democracy. From this perspective, highly developed societies would be those with the best cultural conditions for democratization and the advancement of democracy. Thus, this article seeks to carry out a theoretical debate about the understanding of Inglehart and his collaborators about capitalism and social welfare. It highlights that, due to its normativity oriented to the defense of liberal democracy, the Theory of Human Development treats capitalism in a benevolent way and does not give centrality to social policies in the trajectory of democracy it describes. At the end, the possibility of this theory being framed as neoliberal progressive is debated.

### **Keywords**

Human Development Theory; democracy; capitalismo; welfare state.

### **Introdução**

Apesar deste ser um artigo que procura elaborar uma reflexão a luz da Teoria Política normativa, conversa de maneira central com a Ciência Política empírica, de forma que, talvez, os apontamentos feitos aqui sejam mais relevantes para as análises realizadas no âmbito do comportamento político sob uma perspectiva culturalista e importem menos aos teóricos políticos. O objetivo desse diálogo é destacar que a Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart, uma das mais prestigiadas da subárea da Cultura Política, elabora sua proposta teórica e empírica a partir de uma perspectiva benevolente em relação ao capitalismo, descrito como afluente e promotor de igualdade. Em suma, essa teoria argumenta que o desenvolvimento socioeconômico gera uma mudança cultural benéfica à democracia liberal e que tal mudança cultural promoveria a

passagem de valores materialistas (ligados à segurança econômica e física) para valores pós-materialistas (relacionados à liberdade individual e à expressão da personalidade)<sup>1</sup>.

Assim, parece haver um ponto nevrálgico em fazer uso dessa teoria, sobretudo, para quem pretende pensar um modelo de democracia compatível com mecanismos de promoção de justiça social e estudar sociedades de desenvolvimento tardio. Tendo em mente a tentativa bem-intencionada de pesquisadores de comportamento político de compatibilizar as diretrizes da área com os debates contra-hegemônicos atuais, este artigo procura elaborar apontamentos que podem auxiliar na interpretação de resultados e na discussão que envolve a crise da democracia liberal fora do eixo central da economia. No caso do Brasil, Ribeiro (2011) encontrou consistência da metodologia de Inglehart para estudar o país e Inglehart e Welzel (2009) registraram os primeiros sinais da mudança cultural em direção ao pós-materialismo. A contribuição que se pretende oferecer é a de lançar um olhar crítico sobre os pressupostos sobre os quais a Teoria do Desenvolvimento Humano é construída.

Adianta-se que Inglehart e seus colaboradores partem do princípio de que democracia e capitalismo são indissociáveis, o que pode dar a impressão de que a normatividade hegemônica da teoria é evidente. No entanto, a Teoria do Desenvolvimento Humano é uma das mais promissoras da área do comportamento político no que diz respeito a propostas de aprofundamento democrático participativas e combativas em relação à elite, além de possuir um viés progressista no que diz respeito às questões de gênero, étnicas e raciais. Isso, não raro, contribui para encobrir as implicações da normatividade hegemônica para as análises elaboradas em seu âmbito, sempre apresentadas como detentoras da neutralidade e da imparcialidade próprias das análises empíricas, como se a opção pela democracia liberal, a ênfase na liberdade individual e o incentivo à economia de mercado não decorresse do posicionamento político-ideológico do autor.

Nesse contexto, o papel do Estado de bem-estar social para a mudança cultural sugerida por Inglehart e seus colaboradores acaba sendo posta em destaque no argumento aqui levantado e evidencia o lugar secundário que o tema ganha na trajetória da democracia desenhada na teoria. Ademais, como pano de fundo para a discussão proposta, o artigo acaba por tornar manifesta a opção dos autores por repassar a responsabilidade

---

<sup>1</sup> Para detalhes do conceito de democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano ver, por exemplo, Inglehart e Welzel (2009), capítulo 8.

por aspectos próprios da política aos governos, isentando as dinâmicas próprias do capitalismo. A partir disso, interpreta-se que tal trajetória, que se constitui como uma regra geral de longo prazo testável empiricamente, acaba por apartar a política, o conflito e as relações de poder de suas análises. Embora tal característica esteja relacionada com a tradição normativa da Ciência Política, institucionalizada sob o espírito liberal norte-americano, está, sobretudo, atrelada ao próprio posicionamento dos autores, que evitam deliberadamente abordar o capitalismo em tom crítico.

Dito isso, o artigo está dividido em duas partes: na primeira, procura-se discutir a relevância das políticas sociais para a trajetória de mobilização social em direção à democracia elaborada na Teoria do Desenvolvimento Humano, destacando-se, nesse sentido, o entendimento de Inglehart e seus colaboradores de que o capitalismo produz igualdade; e na segunda, propõe-se uma discussão sobre a possível adesão dessa teoria a uma perspectiva neoliberal progressista de democracia.

### **O bem-estar social e a construção do capitalismo como promotor de igualdade**

Nesta seção pretende-se analisar dois aspectos do argumento sobre o qual a Teoria do Desenvolvimento é construído. O primeiro deles diz respeito à relativização da relevância das políticas de bem-estar social para o caminho da democracia delineado na teoria e o segundo está associado à apresentação do capitalismo como promotor de igualdade. Nas suas publicações datadas até a primeira metade dos anos 2000, os autores utilizavam os termos “modernização” e “desenvolvimento econômico” para referir-se à fase inicial da dinâmica de democratização que propunham. Mais tarde, reconhecendo serem as políticas sociais portadoras de condições indispensáveis para a mudança de valores conjecturada, os autores passam a utilizar a expressão “desenvolvimento socioeconômico”, deixando aparente a ideia de que o desenvolvimento econômico não produz a mudança cultural desejada, se não gerar desenvolvimento social.

Entretanto, o desenvolvimento social na Teoria do Desenvolvimento Humano – representado por aspectos tais como a elevação dos níveis de educação, a diminuição da pobreza e a erradicação da fome – é considerado uma consequência cabal do desenvolvimento econômico, isto é, os autores creem que muito dificilmente o desenvolvimento econômico deixará de gerar o desenvolvimento social esperado. Ao mesmo tempo, Inglehart (1997) reporta uma hipótese explorada em trabalhos seus

anteriores, em que, embora ainda não utilizasse a expressão “desenvolvimento socioeconômico”, destacava a importância paralela do Estado de bem-estar social, dando pistas de que, para além de uma consequência óbvia do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social depende de ação dos agentes políticos.

Ocorre que, não obstante os autores afiancem a indispensabilidade das políticas sociais para desencadear a mudança cultural prevista, não lhes atribuem papel essencial na dinâmica sugerida, considerando-as um reforço ao sentimento de segurança proveniente do crescimento econômico. É importante lembrar que o sentimento de segurança existencial, e não a riqueza, é o elemento que condiciona a mudança cultural nesta teoria (INGLEHART, 1993; 1997; 2000). Assim, enquanto a modernização teria feito com que os recursos econômicos crescessem como nunca, o Estado de bem-estar social os teria distribuído “de maneira mais uniforme e confiável do que antes” (INGLEHART, 1997, p. 32, tradução nossa). Por isso, segundo Inglehart (1993, 1997, 2000, 2003, 2018) e Inglehart e Welzel (2009a, 2010), o sentimento de segurança envolve também o ambiente cultural e o sistema de bem-estar social em que está inserido o indivíduo, de forma que, ainda que não seja rico, possa sentir-se seguro.

Por outro lado, Inglehart (1993) afirma que o Estado de bem-estar social não é decisivo para a democratização. O autor alega que, “historicamente, a emergência das instituições democráticas, o surgimento do sufrágio universal, e o surgimento dos partidos políticos da classe trabalhadora precederam o surgimento do Estado de bem-estar” (INGLEHART, 1993, p. 62, tradução nossa). Da mesma forma, a igualdade econômica não parece ser, para o autor, uma causa necessária para a existência de democracia. Embora Mueller e Seligson (1991 *apud* INGLEHART, 1993) tenham encontrado correlação estatística entre igualdade econômica e democratização ao revisar dados de 1981 do *World Values Survey* para países da América do Norte e da Europa Ocidental, Inglehart (1993) explica ser em decorrência do papel do desenvolvimento econômico para aumentar a igualdade de renda.

É verdade que parte da literatura aponta a elevação dos níveis de condições de vida humana sem precedentes a partir das melhorias econômicas introduzidas pela modernização. Nesse sentido, Cruz et al (2015) estimaram que, em razão do crescimento econômico, cerca de um bilhão de pessoas tenham sido retiradas da pobreza entre os anos 2000 e 2015, apesar das crises econômicas. Dados como tais têm sido com frequência apresentados pelos defensores do livre mercado como um sucesso do seu modelo

econômico, dando-lhes subsídio para pressionar por mais liberdade de mercado. Isso tudo, obviamente, sob contestação daqueles para quem os dados informativos e as formas de mensuração de análises como tais devem ser revisados.

Neste ponto é interessante notar que Inglehart (1997) adota a interpretação habermasiana de que, sob qualquer perspectiva cultural, a modernização: (1) aumentou muito as chances de sobrevivência, e (2) proporcionou níveis mais altos de bem-estar subjetivo. Essas consequências, para o autor, são as responsáveis pela disseminação de valores pós-modernos. De acordo com Inglehart (2016a) a urbanização aproximou os trabalhadores, que estavam concentrados em fábricas, facilitando a comunicação, enquanto a disseminação da alfabetização os colocou em contato com políticas nacionais, fazendo surgir a mobilização social que culminou com a conquista do direito de organização sindical. Segundo o autor, a expansão da possibilidade de luta por interesses econômicos, levou muitas pessoas a votarem em partidos de esquerda, favorecendo as medidas redistributivas própria do Estado de bem-estar social.

Inglehart (1997) informa que o bem-estar social garantiu educação e saúde externas à família e fez com que a entidade familiar deixasse de ser o principal núcleo de sobrevivência. Da mesma forma, segundo o autor, foi essa segurança existencial que fez com que a necessidade de padrões absolutos e de um poder superior infalível perdesse força, fazendo declinar as normas religiosas e sexuais tradicionais. Ademais, aos primeiros sinais de emergência de valores pós-materialistas no leste europeu, onde houve níveis relativamente baixos de prosperidade no período socialista, Inglehart (1997) argumenta que foram os sistemas de bem-estar social que compensaram a ausência de riqueza. Segundo o autor, os regimes socialistas proporcionaram uma existência relativamente segura durante a maior parte do pós-guerra nessa região.

Já no Ocidente, Inglehart (1997) diagnosticou um problema: a despeito do crescimento econômico se manter, o Estado de bem-estar social teria entrado em crise, pois, ao aliviar os problemas mais facilmente solucionáveis, abriu espaço para outras agruras se tornarem centrais. Assim, o autor entende que o Estado de bem-estar social chegou ao seu limite por gerar gastos exacerbados, provocar aumento de impostos e, assim, gerar um fardo pesado para a população. Com efeito, Inglehart (1997) centra-se no princípio pelo qual o aumento da igualdade de renda alcança um nível limite em que medidas de distribuição igualitária perdem apoio político, gerando retrocesso. Assim, o autor vê a moderação da exploração do capitalismo *laissez-faire* como o principal êxito

do Estado de bem-estar social, de forma que agora, na fase pós-industrial, o padrão de vida se estabilizou em um mínimo razoável, que pode dispensar a atuação estatal elevada. Para Inglehart (1997), é essencial evitar a concentração de poder no Estado, na medida em que a antiga suposição da esquerda de que a ampliação da intervenção estatal é benéfica é falsa.

Recentemente, entretanto, Inglehart (2016a; 2018) e Norris e Inglehart (2017; 2019) acabam por reconhecer que o resultado desse processo foi a desaceleração das políticas de redistribuição de renda e a redução da força dos sindicatos pela globalização e pela desindustrialização. Além disso, os autores apontam que o voto motivado por questões de classe caiu na maioria das democracias a menos da metade na década de 1990 em relação ao que era uma geração antes. Somado a isso, Inglehart (2016a; 2018) e Norris e Inglehart (2017; 2019) destacam que a sociedade da informação ajudou a estabelecer a economia vencedora, corroendo a base política das medidas redistributivas e fazendo aumentar a desigualdade econômica.

Nesse sentido, interpreta-se que as políticas sociais parecem ser mais relevantes à trajetória descrita na Teoria do Desenvolvimento Humano do que a sua narrativa central permite perceber. Se o crescimento econômico aliado ao Estado de bem-estar social proporciona o mínimo razoável para garantir o sentimento de segurança existencial mesmo em período de declínio econômico, a manutenção dessas políticas parece, então, ter o poder de mitigar os efeitos do que os autores descrevem como reação materialista ao pós-materialismo – “*cultural backlash*” – na sua abordagem da crise das democracias liberais (INGLEHART, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2019).

Ao associar o avanço de políticas sociais estatais à opressão, o autor deixa aparente o seu posicionamento político-ideológico, que o conduz a tratar o capitalismo de maneira benevolente, destacando seus benefícios e evitando abordá-lo criticamente. Principalmente, frente à valorização da liberdade de mercado pela teoria o autor endossa a necessidade de restrição das políticas sociais, as quais agora, com a crise instalada, considera urgentes. Ademais, o próprio diagnóstico do autor sobre a crise do Estado de bem-estar social desvia o debate sobre o papel da pressão exercida pelas forças do mercado para a instauração da política econômica dominante. Assim, apesar da relevância das políticas sociais para a mobilização social que levaria, em tese, à mudança cultural prevista, é a modernização capitalista que aparece em destaque no caminho da democracia delineado, sob o argumento de que qualquer política de bem-estar social depende de

modernização anterior. Interpreta-se, nesse sentido, que, por seu posicionamento político, que não rejeita políticas sociais, mas as deseja moderadas, o autor relativiza a sua indispensabilidade para a trajetória da democracia que propõe.

Uma crítica com frequência direcionada às teorias da modernização chamava atenção para a preferência de seus autores pelo uso dos termos “industrialização” e “modernização” em vez de “capitalismo”, o que poderia escamotear a acriticidade ao sistema hegemônico (ALEXANDER, 1994). A Teoria do Desenvolvimento Humano faz a mesma opção. Inglehart (1997) entende que, apesar de a atividade capitalista ter causado danos aos trabalhadores em sua fase inicial, como argumentou Marx, seus benefícios no que se refere à garantia de sobrevivência e de bem-estar subjetivo foram insuperáveis. Para o autor, é justamente por causa desse avanço na qualidade de vida que hoje as pessoas podem refletir sobre outros temas, que não aqueles centrados na autopreservação e na sobrevivência. Nesse ensejo, chega-se aqui ao ponto de introduzir o segundo aspecto em análise nesta seção: a noção presente na teoria de que o capitalismo produz igualdade.

A opção por políticas que privilegiam a liberdade de mercado decorre da ideia de que políticas governamentais de redistribuição de renda implicam prejuízo à liberdade individual. Essa noção é oriunda do corolário neoliberal e representa, principalmente, a ideia de Hayek (1988 *apud* WATT; HODGSON, 2019) de que a intervenção de governos nos assuntos dos indivíduos, das instituições, do mercado e de outros atores não estatais pode se tornar disfuncional para o sistema político. Conforme Watt e Hodgson (2019), esse argumento reforça a ideia de que a liberdade de escolha e a democracia são viáveis somente via capitalismo de livre mercado e desconsidera o caso desse modelo econômico não conseguir suprir a efetivação da liberdade dos indivíduos. Nesse sentido, de forma clara e direta os autores questionam: “e se eles [os indivíduos] não tiverem os meios para comprar o que precisam ou para usar o mercado como veículo de liberdade de escolha?” (WATT; HODGSON, 2019, p. 63).

Tal crítica não é considerada pela Teoria do Desenvolvimento Humano, a qual trata, pelo contrário, de incentivar a acumulação capitalista. Segundo Inglehart (1997), para que as sociedades se industrializem o estigma que associa o capitalismo à ganância precisa ser quebrado, como ocorreu no Ocidente com a Reforma Protestante, que incentivou o crescimento econômico e aguçou a realização individual em um período em que o cristianismo medieval e a cultura confucionista tradicional estigmatizavam o lucro e o empreendedorismo. O autor relembra que mesmo pensadores não marxistas, como



Schumpeter (1961), consideravam inevitável o triunfo do socialismo. Além disso, autores da teoria da dependência afirmavam que rastrear as taxas de crescimento econômico a partir de fatores atinentes à cultura tratava-se de um mecanismo para justificar a exploração capitalista de economias periféricas. Para Inglehart (1997), entretanto, essas refutações não passaram de argumentos sem comprovação empírica.

Nesse sentido, vale dizer que são encontradas muitas referências à teoria da dependência (CARDOSO; FALETTO, 1979) na obra de Inglehart, utilizadas sempre com a pré-disposição de refutar suas propostas em contraposição às teorias da modernização. Inglehart (1997), especialmente, critica a noção de que o capitalismo global é prejudicial às economias periféricas. Para o autor, ocorre justamente o contrário: o comércio global aumenta os investimentos de países de economia avançada em países periféricos, fazendo aumentar a riqueza de ambos os países. Essa, conforme ressalta Inglehart (1997), é uma expectativa teórica comprovada empiricamente – Hein (1992 *apud* INGLEHART, 1997) o fez, por exemplo<sup>2</sup>. Nesse sentido, o autor vê o capitalismo global como benéfico aos países periféricos e acredita ser um erro considerar a dinâmica global capitalista como um retorno ao capitalismo tradicional.

Compreensão como tal parece negligenciar a realidade das pessoas mais pobres em sociedades altamente industrializadas e deixar de fora do cálculo o papel da política econômica hegemônica para a prática da política e a tomada de decisões. Inglehart e Welzel (2009) chegam a descrever o cenário capitalista contemporâneo a partir do exemplo de pessoas que não vão mais a restaurantes apenas para se alimentar, mas sim pela experiência de consumir iguarias e produtos exóticos. Essa passagem, em especial, demonstra certa idealização da realidade das sociedades capitalistas, nos moldes do que os críticos também apontavam quanto às teorias da modernização (ALEXANDER, 1994). Ocorre que essa teoria foi elaborada no início da década de 1970, na sequência do auge do Estado de bem-estar social do pós-guerra, que permitiu a interpretação grandiosa dos benefícios da modernização. Após, embora as políticas econômicas tenham sido modificadas pela ascensão neoliberal, bem como os limites nacionais tenham se tornado pequenos para o debate da política e da justiça, Inglehart e seus colaboradores mantiveram

---

<sup>2</sup> Hein (1992 *apud* INGLEHART, 1997) analisou dados econômicos de 150 países e demonstrou que as variáveis de comércio exterior e investimento realmente têm uma relação bastante modesta com o crescimento, mas a relação existe, e em sentido oposto ao proposto pela teoria da dependência.

a ênfase no indivíduo, restringindo a soberania popular à habilitação para exercer pressão sobre as elites.

No que diz respeito à análise da política em contexto global, está-se assumindo o argumento de Fraser (2009) sobre a necessidade de reenquadramento da política no Estado pós-westfaliano. Para a autora, o debate da política no interior dos Estados nacionais modernos conduziu à interpretação de que a discussão acerca da justiça social se dava nas relações entre cidadãos e supôs a necessidade de reparação social e cultural pelos Estados nacionais. A controvérsia redistribuição *versus* reconhecimento, do qual a autora participou (FRASER; HONNETH, 2003), estava também inscrita nesse corolário. Fosse o problema uma questão de redistribuição ou de reconhecimento, segundo Fraser (2009), recorria-se à consciência nacional para que reivindicações fossem levadas aos governos, aos quais coube atuar para acomodar as diferenças entre cidadãos por meio da institucionalização de direitos. Não obstante Inglehart e seus colaboradores não se refiram ao debate redistribuição *versus* reconhecimento expressamente, a noção de que a emancipação do público impulsiona a chegada de questões culturais ao âmbito estatal pelo exercício de pressão às elites parece partir do mesmo princípio a que Fraser (2009) se refere quando aborda o enquadramento nacional do debate por justiça social.

Sobretudo, no período pós-guerra fria, marcado pela elevação da preocupação com a globalização e com as instabilidades geopolíticas, segundo Fraser (2009), muitos observaram que os processos sociais transbordam as fronteiras territoriais, na medida em que as decisões tomadas em dada sociedade frequentemente impactam as vidas dos que estão fora dela. Da mesma forma, as ações das corporações transnacionais, dos especuladores financeiros internacionais e dos grandes investidores institucionais impactam a tomada de decisão política nas mais diversas sociedades. Independentemente das fronteiras nacionais, a informação atinge níveis globais pelos meios de comunicação de massa e da cibertecnologia. Mesmo a participação política não convencional, ponto de chegada da dinâmica proposta na Teoria do Desenvolvimento Humano, que tem o objetivo de pressionar as elites por demandas por justiça social, torna-se limitada frente às possibilidades de atuação das elites mais responsivas no mundo globalizado.

Para impelir as críticas em relação à homogeneização cultural decorrente da globalização, Inglehart e Welzel (2009) chegam a afirmar em tom de ironia que a mudança cultural traz reflexos essenciais para a análise da política, que vão além da difusão de “McDonald’s” pelo mundo. Esse, por óbvio, não é o ponto dos críticos.

Embora a globalização possa não representar um retorno à exploração capitalista da primeira metade do século XX e ainda que o autor possa estar correto sobre a tomada de consciência entre os indivíduos quanto aos riscos da modernização, deixa de refletir sobre a política transnacional, a qual, segundo entende Fraser (2009), gera desestabilização da estrutura sobre a qual antes eram formuladas as demandas políticas e, portanto, tem exigido a mudança do modo pelo qual se discute a justiça social hoje. Além disso, a crítica posta no entorno da ideia de globalização enfatiza a sua existência ao longo de todo o percurso de expansão do capitalismo (RUÍZ, 2000) e faz parte da própria configuração, iniciada no século XIX, do que se conhece hoje como sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1979).

A discussão sobre as restrições dessa relação global à tomada de decisão nacional e, portanto, ao real papel de protagonismo do público na política nacional das sociedades capitalistas parece essencial para a realização dos critérios normativos democráticos. Embora Inglehart e seus colaboradores não precisem estar de acordo com esse argumento, o qual aqui apenas se ilustra sob a ótica de Fraser (2009), é essencial apontar que não se trata de irreflexão sobre o tema, mas de uma opção decorrente justamente da visão positiva que os autores têm em relação à inserção das mais variadas sociedades no mercado global. A problematização da justiça social em nível global não é elaborada na teoria, porque os autores entendem que, aos serem aí introduzidas, as sociedades serão conduzidas ao desenvolvimento econômico e, então, à mobilização necessária para a abertura a temas culturais, étnicos, de gênero etc.

Outra característica da teoria é a tendência de buscar soluções que apaziguem as demandas da elite, para que, então, se disponham a agendas populares. Ao assumir a necessidade de que as elites sejam atendidas em seu propósito, previamente definido como a prosperidade econômica que lhes confere lugar de destaque na sociedade, Inglehart (1997) corrobora tacitamente a noção de que há discrepância na distribuição do poder político, a qual limita o próprio exercício da liberdade. Isso se deve ao fato de que, segundo essa teoria, as elites cedem às pressões populares quando uma economia fértil e diversa oferece espaço para que todos possam ter atividades atraentes. Segundo se interpreta, entretanto, as elites cedem, pois têm a oportunidade de manter o seu poderio econômico e político. A lógica é que se a igualdade formal, oriunda do império da lei e da própria condição de indivíduo, garantisse liberdade igual para todos, não haveria que se contar com a disposição das elites em ceder espaço para demandas do público.

Ademais, uma interpretação possível é de que há entre as elites o ímpeto de predominar socialmente ou de não perder o posto que ocupam na hierarquia social (MIGUEL, 2014).

Uma crítica importante à democracia liberal aborda a tensão fundamental existente entre a ideia de democracia e o capitalismo (MIGUEL, 2005). Gat et al (2009) – em publicação da qual Inglehart é coautor – avaliam como não verdadeiras as afirmações de que as democracias de mercado são contradições prestes a implodir. Primeiro, os autores argumentam que nem toda tensão necessariamente leva a implosão, se referindo às alegações sobre a desigualdade econômica gerada pelo capitalismo. Segundo Gat et al (2009), afirmações como tais deram margem durante todo século XX para o argumento de que o socialismo era a única forma de democratização econômica. Para os autores, inevitavelmente, é a atividade capitalista que gera as condições econômicas para produzir esse desenvolvimento social.

É interessante notar como o argumento em defesa do capitalismo conduz à óbvia contraposição em relação ao socialismo, em um desenvolvimento teórico superficial frente à importância do debate democrático elaborado após a queda do socialismo real, quando contestar os limites do sistema econômico dominante tornou-se essencial mesmo para quem não pretende abandoná-lo, isto é, a otimização da vida democrática dentro do sistema capitalista passou a depender da compreensão de seus limites. Por isso, acompanhando Pinto (2017), interpreta-se que pensar a democracia dissociada do capitalismo é um exercício teórico de afirmação de sua relevância como um valor a ser perseguido independentemente do sistema econômico. Essa forma de reflexão, inclusive, rompe também com o marxismo.

No entanto, Na Teoria do Desenvolvimento Humano não há que se falar em contradição entre democracia e capitalismo, porque, segundo Inglehart (2016a, 2018) e Norris e Inglehart (2017, 2019), a promoção de desigualdades não é uma característica inerente das economias capitalistas. Para os autores, as descobertas de Thomas Piketty, que atribuem ao capitalismo a produção de desigualdades, provaram-se equivocadas. Conforme Inglehart (2016a, 2018), quando são postas em contexto global – como executado no estudo de Blanko Milanović – vê-se que as desigualdades aparecem de maneira mais evidente apenas em certo estágio do desenvolvimento econômico. Assim descreve o autor: “Como Milanović demonstra, o mundo como um todo está ficando mais rico, mas está fazendo isso em uma trajetória muito desigual descrita como uma ‘curva de elefante’” (INGLEHART, 2018, p. 194, tradução nossa). Essa “curva de elefante”

trata-se da representação gráfica de um fenômeno pelo qual, em determinado período, países altamente industrializados, embora obtenham crescimento de renda, façam essa renda chegar à população em níveis muito desiguais em relação ao que ocorre em países em desenvolvimento (INGLEHART, 2018)<sup>3</sup>.

Assim, a explicação de Inglehart (2018) é a de que as desigualdades de renda em níveis muito elevados são encontradas em sociedades altamente industrializadas, porque essas sociedades alcançaram um estágio de desenvolvimento correspondente à passagem da economia industrial para a economia de serviços. Essa nova fase, cada vez mais conectada à alta tecnologia, tornaria difícil o poder de barganha do trabalhador industrial e, também, de trabalhadores altamente qualificados. Assim, para Inglehart (2016b; 2018), a explicação mais provável para a diferença de desempenho entre países está no estágio de desenvolvimento econômico em que se encontram. Segundo o autor, o fato é que nas últimas décadas, a maioria das pessoas em muitas democracias desenvolvidas têm experimentado declínio na renda real associada à crescente desigualdade de renda e, especialmente, nos Estados Unidos, o governo tem sido extremamente disfuncional (INGLEHART, 2016a, 2016b, 2018).

Nesse aspecto é importante referir que, a despeito de elaborar esse diagnóstico sobre o momento ocidental atual, Inglehart mostrou-se confiante na possibilidade de solução dos problemas encontrados. Conforme salienta, “Se assumirmos que essas são condições permanentes, então a perspectiva de longo prazo para a democracia é realmente desoladora” (INGLEHART, 2016b, p. 22, tradução nossa). Essa, no entanto, não é a hipótese do autor, para quem as desigualdades sociais extremadas são questões solucionáveis. Embora assuma que níveis altos de insegurança existencial são propícios ao autoritarismo, à xenofobia, e à rejeição de novas normas culturais, Inglehart (2016a, 2016b, 2018) acredita que isso pode ser revertido por políticas destinadas à redistribuição de renda.

Disso extraem-se duas conclusões lógicas: primeiro, se a crise é algo decorrente do estágio de industrialização em que se encontram as sociedades, isso indica que todas

---

<sup>3</sup> De acordo com Inglehart (2018), a população de países de alta renda, como os da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão, partiu, no final dos anos 1980, de uma base muito mais elevada de renda, mas não obteve ganhos adicionais nos 20 anos subsequentes, enquanto a população de países em processo de industrialização, como da China, Índia, Tailândia, Vietnã e Indonésia) tiveram suas rendas reais aumentadas em 80 por cento durante este período.

as sociedades alcançarão esse estágio em algum momento, a não ser que nunca passem para a fase da pós-industrialização. Assim, as sociedades em desenvolvimento estão caminhando em direção a essa crise, de modo que, o momento de estagnação pretensamente gerado pela fase da alta tecnologia, parece o fim coerente da atividade capitalista, se não for contida pelas políticas de redistribuição adequadas. A forma como Inglehart e seus colaboradores colocam a questão faz parecer que a atividade capitalista é majoritariamente ascendente, exemplificando com o bem-sucedido caminho de países em industrialização. Isso leva à segunda conclusão: a de que Piketty (2014) não estava totalmente equivocado quando disse que o caminho inerente ao capitalismo é o da desigualdade de renda, com períodos de exceção proporcionados pelas políticas de redistribuição.

Mesmo assumindo que em determinado estágio de desenvolvimento econômico a desigualdade de renda gera uma crise prejudicial à democracia, Inglehart e seus colaboradores não vêm isso como uma patologia do capitalismo. Para os autores, essa crise prevalecerá enquanto os líderes políticos e as instituições estiverem alheios às pressões das forças populares. Assim, conforme Inglehart (2016a, p. 5, tradução nossa), “a medida em que a desigualdade aumenta ou diminui, em outras palavras, é em última análise, uma questão política”. O autor, entretanto, é otimista, pois vê fortes indícios de que os indivíduos de muitos países altamente industrializados estão tornando-se cada vez mais sensíveis ao problema da desigualdade de renda. De acordo com seus resultados, o público de 80% dos países pesquisados cresceu mais solidário a ações contra a desigualdade (INGLEHART, 2016a).

Assim, destacou-se nesta seção a visão presente na Teoria do Desenvolvimento Humano em relação às políticas sociais e ao capitalismo, que a leva a evitar mencionar e, com frequência, negar aspectos alvo de críticas acerca da conjugação da democracia com o capitalismo, sobretudo, no que se refere às desigualdades em sociedades de desenvolvimento tardio. Na seção que segue, propõe-se uma reflexão a partir de um debate importante que vem sendo elaborado na literatura sobre o neoliberalismo enquanto um conceito fundamental da análise da política contemporânea. Isso porque, ainda que Inglehart apresente preocupação e chegue a mencionar o papel das políticas neoliberais para crise da democracia apontada por muitos analistas, deixa de refletir sobre a conexão da dita crise com a dinâmica do capitalismo financeirizado dominante no mundo.

### **Uma perspectiva progressista neoliberal?**

Com efeito, as concepções de neoliberalismo são variadas e, não raro, o uso do termo para referir-se a um modelo econômico tem sido confundido com militância. Andrade (2019) elabora um bom apanhado das principais definições de neoliberalismo e explica o motivo pelo qual o tratamento acadêmico da perspectiva neoliberal sob esse termo é legítima e ultrapassa os limites da concepção de um modelo econômico. O neoliberalismo, segundo o autor, é estudado hoje como uma forma normativa de organização social, que embasa as relações sociais, a cultura, as instituições etc. Nesse sentido, a própria economia capitalista é introjetada socialmente como norma, para em seguida impactar as diversas estruturas da vida cotidiana e política. Quando Brown (2019) busca explicar o neoliberalismo a partir de Friedrich Hayek, informa que o autor tem o mercado como forma de provisão de recursos e tem a liberdade como fundamento gerador de ordem e evolução espontâneas, contrapondo-se a políticas de justiça social administradas pelo Estado. Por seu turno, Inglehart trata a esquerda e o neoconservadorismo como grupos alheios a si, colocando-se no caminho do meio: não demoniza o bem-estar social, mas também não o venera. No entanto, seus modelos não escapam da tendência de desconsiderar os impactos mútuos entre economia e política, para além da mobilização social positiva que sua teoria vislumbra.

Para Inglehart (1997), as políticas de bem-estar social foram muito necessárias e benéficas no período após a Grande Depressão, bem como tiveram o mérito de auxiliar na mudança de valores atinentes à família, enfraquecendo a tradição de dois pais heterossexuais<sup>4</sup>. Entretanto, abertamente, Inglehart (1997) incentiva a retirada de responsabilização do Estado por condutas ocorridas no âmbito familiar. Faz isso ao narrar a mudança de ênfase da responsabilização do indivíduo para a responsabilização da sociedade como salutar contra uma possível opressão estatal. Sob essa lógica, enquanto na fase da modernização a ênfase estava no indivíduo como um ser atomizado em relação à sociedade, na fase pós-moderna o indivíduo entende-se como membro da sociedade e, por isso, como socialmente responsável. Esse é um dos argumentos presentes na teoria para explicar como o individualismo poderia gerar responsabilidade coletiva e apresentar-se associado a altruísmo. Assim, Inglehart (1997) vê no individualismo pós-industrial não uma representação de egocentrismo, mas uma conscientização da responsabilidade com

---

<sup>4</sup> Nesse caso, Inglehart (1997) acredita que o declínio da mortalidade eximiu os casais da necessidade de reprodução.

outros indivíduos e com a sociedade, o que tornaria reduzido e até desnecessário o papel do Estado em oferecer bem-estar individual.

Em suma, por essa lógica, o Estado gradualmente deixaria de ter a necessidade de atender a população com bens e serviços, pois indivíduos e atores privados tomariam para si essa responsabilidade. Ao mesmo tempo, Inglehart e Oyserman (2004) e Inglehart (2018) falam dos benefícios do individualismo, enfatizando a redução dos laços familiares e a intervenção estatal para garantir, por exemplo, o cuidado com os idosos. Contudo, na prática, o esperado é que um bem-estar social limitado abra espaço para a atuação do mercado na previdência, na saúde, na educação, entre outras áreas. Assim, cada vez mais o mercado fica responsável pelo bem-estar do indivíduo em lugar dos grupos tradicionais, como a família.

A narrativa de Inglehart (1997) parece distanciar-se da perspectiva neoliberal, entretanto, no que se refere à defesa da moralidade tradicional. Pelo contrário, o autor busca demonstrar como a modernização é capaz de promover a mudança social necessária para uma moralidade pós-moderna. No entanto, faz isso pensando em um Estado de bem-estar social efetivado na medida correta, isto é, presente o bastante para dar sensação de segurança existencial às pessoas e limitado a termo de não tornar disfuncional o modelo de democracia aliado ao capitalismo. Nesse sentido, Inglehart (1997) repete certa característica já identificada nas teorias da modernização: apropria-se do debate sobre a pós-modernidade para manter a defesa da dinâmica social evolutiva decorrente do capitalismo.

Inglehart (1997), também, não é contra políticas que desafiem as hierarquias de gênero e étnicas, como se poderia esperar do ideário neoliberal, em que, segundo Brown (2019), muitas abordagens investem na universalização, evitando demandas de grupo. Um dos fins a que o autor se propõe a alcançar no desenrolar da sua teoria é a formação de um público mais aberto a essas temáticas e, concomitantemente, participativo politicamente a ponto de pressionar os governantes pela institucionalização de canais que possibilitem meio legítimos de acabar com essas hierarquias. O exemplo frequente é a institucionalização do casamento homoafetivo. Entretanto, a ideia presente na obra de Inglehart de que essas hierarquias são organizações transmitidas por meio da tradição, e não por meio do poder político, é tributária do neoliberalismo. Além disso, a ênfase na liberdade individual leva o autor a perceber demandas coletivas como uma agregação de demandas individuais.



Talvez se poderia classificar a teoria em análise como atrelada à parte do que Fraser (2018) chamou de “neoliberalismo progressista” – retratado, na prática, como algo semelhante à política inserida por Bill Clinton nos Estados Unidos, exemplo também apontado por Brown (2019). Clinton delineou a defesa do casamento igualitário, angariando adeptos tanto com apelo moral-religioso, como com apelo mercadológico ligado à liberdade individual (BROWN, 2019). Com efeito, guardadas as proporções, Fraser (2018) utiliza o termo “neoliberalismo progressista” para se referir à junção das principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (multiculturalismo, ambientalismo, feminismo, antirracismo etc.) com setores financeiros e simbólicos da economia. De acordo com a autora, o modelo neoliberal progressista retrata o perfil da política hegemônica até o momento anterior ao avanço do que denomina de “neoliberalismo reacionário” em muitas sociedades. Nas palavras de Fraser (2018, p. 46), esse modelo trata-se de “um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento.

O componente distributivo deste amálgama era neoliberal”. A obra de Inglehart, ainda que no campo teórico, parece possuir esse mesmo componente neoliberal subjacente. A Teoria do Desenvolvimento Humano adota o modelo de democracia liberal não apenas porque faz um diagnóstico de como desenvolvem-se as democracias existentes hoje, mas também porque o autor elabora a sua análise sobre fundamentos atrelados ao seu posicionamento ideológico, em um misto de defesa de demandas de grupos minoritários e de pressupostos da política econômica dominante. Afirmações como a seguinte deixam isso visível: para Inglehart (1997, p. 327, tradução nossa), “hoje existe um sentimento generalizado de que a expansão da atuação governamental chega a um ponto em que se torna ineficaz e uma ameaça ainda maior à autonomia individual do que a apresentada por empresas privadas”.

Fraser (2018), pensando o neoliberalismo como um projeto, afirma que ele somente conseguiu triunfar, pois apresentou-se sob vestes progressistas com um apelo ligado a aspirações não econômicas de emancipação. O ponto abordado pela autora diz respeito ao fato de que a política econômica neoliberal em termos distributivos é apenas superficialmente igualitária e emancipatória, mas ganha um caráter progressista ao propor um *ethos* de reconhecimento desse tipo. Certa tendência da política neoliberal, assim, imbuída na ideia de liberdade de mercado e de liberdade individual, deixou a moralidade tradicional em segundo plano e investiu em uma proposta de comportamentos e valores

igualitários e emancipatórios em relação a grupos específicos de pessoas. Essa proposta envolveu a ideia de diversidade, de empoderamento das mulheres e do público LGBTQ, de ambientalismo, de multiculturalismo e de pós-racialismo. Sob essa perspectiva, a proteção do meio ambiente gera valor econômico à redução da emissão de carbono e a igualdade fica restrita ao mérito (FRASER, 2018).

A noção de neoliberalismo progressista foi contraposta ao que Fraser (2018) chamou de neoliberalismo reacionário, uma política com noção similar de distribuição, mas ainda mais centrada em beneficiar o 1% mais rico, e distinta sob o aspecto do reconhecimento – uma vez que excludente: etnacional, anti-imigrantes, pró-cristã –, embora justa para a base que pretendia formar. Nos Estados Unidos, a autora identifica esses dois blocos com os dois grandes partidos: Democratas (neoliberais progressistas) e Republicanos (neoliberais reacionários). Em suma, pelo ponto de vista progressista, as culturas estavam ligadas a valores obsoletos que logo desapareceriam em uma nova desregulamentação cosmopolita; pelo consenso neoliberal, as economias não pareciam competitivas o suficiente, dependendo da correção do mercado (FRASER, 2018).

Recorde-se que em “*Cultural Evolution*” Inglehart (2018) denomina a sua tese de “teoria emancipatória da democracia”, sendo a emancipação atrelada ao pleno exercício da liberdade individual. Nessa obra, em que traça linhas preliminares do argumento que aprofundaria em “*Cultural Backlash*” (NORRIS; INGLEHART, 2019) – portanto, já atento aos desdobramentos da chegada da extrema direita ao poder – o autor assume que o conflito político está agora centrado na luta dos 99% contra os 1% que concentram a renda. Trata-se possivelmente de uma menção aos “99 por cento” do “*Occupy Wall Street*”, movimento que, em 2011, ocupou praças e ruas pelos Estados Unidos, denunciando o enriquecimento desproporcional da minoria da população do país.

Fraser (2018) viu a erupção desse movimento como uma demonstração do desprestígio da política econômica predominante e, em consequência, como uma chance de preencher a lacuna hegemônica que se apresentava. Para Inglehart (2018), estava em curso uma mudança decorrente da entrada na era da inteligência artificial, que levou grande parte da classe média ao desemprego ou, ao menos, a colocações muito abaixo de suas expectativas. O autor não considera esse um fenômeno restrito aos Estados Unidos, pois conseguiu detectar em suas análises o esvaziamento da economia – refletido pela aparência superficial de crescimento, enquanto a força de trabalho desestabilizava-se – também em 16 sociedades da Europa Ocidental. Dado esse cenário, Inglehart (2018)

aborda, enfim, a responsabilidade do incentivo das forças de mercado para isso. Uma vez que é financeiramente mais vantajoso para as empresas ter uma mão-de-obra desorganizada ou mesmo robotizada, o autor conclui que a intervenção estatal é agora inevitável (INGLEHART, 2018).

Recorde-se que se mencionou há pouco que Inglehart (1997) considerava a intervenção estatal perigosa à liberdade individual. Mais recentemente, entretanto, Norris e Inglehart (2017, 2019) afirmam que os governos de esquerda obtiveram sucesso na luta por maior igualdade econômica, pois têm tendência a apoiar a ampliação do Estado de bem-estar social. Sob o aspecto distributivo, Inglehart (1997) mencionou como praticável um patamar de gastos de até 40 a 60% do PIB com políticas de bem-estar social. Ocorre que agora, argumenta Inglehart (2018, p. 209, tradução nossa), a despeito de as sociedades industrializadas estarem cada vez mais produtivas e ricas, “os ganhos do produto interno bruto crescente estão indo quase inteiramente para um pequeno estrato de financiadores, empreendedores e gerentes do topo”. Para o autor, quando os partidos de esquerda dividiram sua atenção entre distribuição e demandas identitárias, acabaram contentando-se com um patamar mínimo de redistribuição, quando apenas uma redistribuição adicional poderia barrar políticas que favorecem a concentração de renda (INGLEHART, 2016a, 2018).

Interessante notar que Inglehart (2018) atribui esse esvaziamento da economia ao avanço da inteligência artificial da última década, o que, embora possa ser verdadeiro, abstrai da explicação a sua própria concepção de que certa medida de concentração de renda pode ser salutar à economia. Para o autor, com o avanço da inteligência artificial, “forças de mercado não reguladas trazem uma situação em que uma pequena minoria controla a economia enquanto a maioria tem empregos precários [...] - um futuro prenunciado pela estrutura social do Vale do Silício” (INGLEHART, 2018, p. 209, tradução nossa). De fato, está-se de acordo que as forças de mercado não reguladas criam uma situação em que os altamente mais ricos controlam a economia, bem como que isso pode ter-se agravado com a era da inteligência artificial. No entanto, o autor responsabiliza os partidos convencionais por não terem colocado políticas sociais em prática, como se a própria política econômica predominante, a qual a sua teoria está adequada, não privilegiasse a liberdade de mercado frente a elas. Aliás, desde o declínio do Estado de bem-estar social essa dinâmica tem tomado forma em muitas democracias liberais, inclusive, naquelas não altamente industrializadas.

O argumento é que a introdução pelos pós-materialistas de causas não-econômicas na política, relacionadas ao que Inglehart (2018) denominou de “questões culturais”<sup>5</sup>, ofuscou o debate sobre demandas distributivas, representadas pelos espectros da esquerda e da direita tradicionais. Segundo se entende, isso somente foi possível, entretanto, porque a política econômica predominante foi permissiva com causas relacionadas ao reconhecimento de grupos minoritários, que proporcionavam menor conflito com a dinâmica de mercado, enquanto setores social-democratas e de parte da esquerda foram permissivos com a política econômica não interventiva, na medida em que viam demandas de reconhecimento ganhar espaço no âmbito político e institucional (INGLEHART, 2018).

Nesse sentido, outra questão que precisa ser levantada é que há larga literatura defendendo que as questões distributivas não poderão jamais ser plenamente abordadas sem que envolvam um debate sobre desigualdades de gênero e raça (e o contrário também é verdadeiro), de forma que a relevância dessa temática é inequívoca em ambos os âmbitos: distributivo e de reconhecimento (DAVIS, 1981; COLLINS, 2019). Então, quando partidos e movimentos social-democratas e de parte da esquerda abordam as temáticas de gênero e de raça não estão necessariamente colocando a distribuição em segundo plano, mas abrindo-se a outros aspectos do mesmo debate. Ocorre que o subsídio político-econômico neoliberal a essas demandas parece motivar a tratativa do tema aos moldes irrefletidos ou acrílicos em relação aos próprios aspectos constituintes dessas desigualdades. Inglehart e seus colaboradores, por exemplo, parecem não refletir sobre o fato de a própria dinâmica que propõem, centrada na ideia de emancipação como liberdade, ser permissiva à explosão de fenômenos como tais.

De qualquer sorte, Inglehart (2018) acredita que um retorno à intervenção estatal precisa ocorrer em algum nível e é otimista quanto a isso. Segundo o autor, o fato de Bernie Sanders vencer Hilary Clinton em várias das eleições primárias do Partido Democrata para as eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, um país em que se declarar socialista, não há muito tempo, significaria o fim da carreira de um político, teria sido um prognóstico. Nesse sentido, Inglehart (2018) e Norris e Inglehart (2019)

---

<sup>5</sup> Considera-se importante pontuar que a expressão “questões culturais” foi traduzida literalmente da obra do autor. Veja-se um exemplo neste trecho original: “[...] the new non-economic issues introduced by Postmaterialists overshadowed the classic Left-right economic issues, drawing attention away from redistribution to cultural issues, further paving the way for rising inequality” (INGLEHART, 2018, p. 175).

constatam o prejuízo da política econômica levada a efeito nas últimas décadas nos países centrais da economia global. Entretanto, consideram que o crescimento da desigualdade ocorreu porque os partidos social-democratas e de centro-esquerda abriram uma brecha ao mudarem seu foco de demandas distributivas para demandas culturais. Em contrapartida, muito claramente identifica-se nesse processo um movimento político de valorização da liberdade individual ligado à constituição de um terreno favorável à própria continuidade da dinâmica capitalista. Debater esse tema envolve perceber que o caminho delineado pela Teoria do Desenvolvimento Humano, para além da benéfica mudança cultural decorrente da modernização, envolve no âmbito político-econômico pela passagem controlada de poder político a grupos minoritários em troca da continuidade de um modelo econômico financeirizado.

Nesse sentido, o argumento de Pérez-Liñan (2017) traz explicação alternativa. Segundo o autor, houve uma realocação global da atividade industrial, decorrente do deslocamento da produção dos países centrais para os países periféricos. Esse fenômeno gerou desaceleração do crescimento econômico dos países altamente industrializados, o que levou à segmentação do mercado de trabalho e à exclusão das cadeias de produção de parte importante do público dessas sociedades. A vantagem dos novos competidores (Japão, China, Taiwan e, mais tarde, México e parte do sudeste asiático) foi a mão-de-obra a um custo mais baixo em relação à praticada nos países centrais. Isso possibilitou, de acordo com Pérez-Liñan (2017), que a mesma empresa situada no México pudesse pagar cinco vezes menos pela hora trabalhada do que pagaria nos Estados Unidos, por exemplo. Desse modo, a educação de nível médio já não garantia mais ao público dos países centrais as mesmas condições de vida de antes (PÉREZ-LIÑAN, 2017).

Como Pérez-Liñan (2017) recorda, a teoria da dependência previu a concentração de indústrias com altas tecnologias nos países centrais e a dispersão para as periferias de indústrias com tecnologia obsoleta e centradas em produção de matéria prima, que, ao cabo, tornaria a população de países periféricos exposta na competição global com os líderes industriais. A Teoria do Desenvolvimento Humano, entretanto, opõe-se de forma veemente às previsões da teoria da dependência (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Ocorre que as indústrias de alta tecnologia permaneceram nos países centrais, mas suas atividades de produção foram realocadas em países periféricos, deixando, em um processo inverso, a força de trabalho industrial dos países centrais desassistida (PÉREZ-LIÑAN, 2017).

Nesse sentido, Pérez-Liñan (2017, p. 39, tradução nossa) conclui que:

Os membros deste grupo – trabalhadores industriais em democracias com cada vez menos indústrias – ressentem-se com razão do otimismo de uma elite educada e cosmopolita que celebra a diversidade, a integração global e a economia do conhecimento. Foram eles que abandonaram o projeto da União Europeia para favorecer o Brexit no Reino Unido, que se distanciaram do Partido Democrata para apoiar Trump nos Estados Unidos e que crescentemente desertam do Partido Socialista ou Comunista para respaldar a Frente Nacional na França.

Afora isso, para Pérez-Liñan (2017), esse processo é acelerado por três fatores relacionados à distribuição: a diminuição do crescimento econômico, a distribuição desigual da renda e o aumento da diversidade na sociedade. Nesse sentido, Inglehart (2018) argumenta que os países altamente industrializados continuam a crescer, e é verdade. No entanto, como ressalta Pérez-Liñan (2017), até o início dos anos 1990, as taxas de crescimento alcançavam patamares tão promissores a ponto de duplicar o tamanho da economia em um período de 18 anos, enquanto, sob os níveis de crescimento atuais, a economia levaria 34 anos para duplicar. Para o autor, isso significa que “a promessa do progresso incessante, característica da segunda metade do século XX, resulta cada vez mais difícil de ser cumprida” (PÉREZ-LIÑAN, 2017, p. 39, tradução nossa).

Nesse aspecto, Inglehart (2018) e Norris e Inglehart (2019) abordam um argumento semelhante. Os autores salientam que, desde meados dos anos 1990, a educação formal não tem mais garantido bons empregos e salários nas sociedades industriais avançadas, e atribuem isso à globalização. No entanto, a resposta de Inglehart (2018) e Norris e Inglehart (2019) não é pessimista em relação à sobrevivência da democracia liberal, a qual, segundo os autores, continua a caminhar na medida em que a cultura política das diversas sociedades evolui. Isso porque, para os autores, a dinâmica da democratização é de ascensão e queda, isto é, momentos de declínios decorrentes de eventuais sentimento de insegurança próprios do período devem ser esperados. Com a estabilização da economia nas sociedades altamente industrializadas, grande parte da população, sobretudo, aqueles com níveis educacionais mais baixos, mas também pessoas com níveis

altos de educação, teria recebido esse novo momento econômico como uma ameaça à segurança existencial (INGLEHART, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2019).

Embora os resultados de Norris e Inglehart (2019) demonstrem que, a longo prazo, baixas econômicas conduzem indivíduos de todos os grupos geracionais em direção ao materialismo, os autores mantêm o otimismo em relação à prosperidade da democracia liberal. Isso porque, segundo os autores, os fenômenos ligados ao período de baixa econômica são solucionáveis politicamente e não estão relacionados com consequências da liberalização da economia. Para Norris e Inglehart (2019, p. 137, tradução nossa), “o que importa não é apenas as condições econômicas, mas também a resposta política a elas”. Por isso, o argumento dos autores é de que a constatação de muitos observadores sobre a democracia liberal ter alcançado seu nível máximo e estar começando a declinar é um erro (INGLEHART, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2019).

Enquanto isso boa parte da literatura considera que o discurso hegemônico da globalização econômica e política não logrou oferecer soluções para as crises financeiras globais, para as desigualdades sociais e para a violência, posta em termos de terrorismo, conflitos étnico-culturais, entre outros. Nesse sentido, é importante destacar o entendimento de que a globalização implica a disseminação de processos de caráter e abrangência local como modelos para outras sociedades (BURITY, 2001). As sociedades que recebem a influência sofrem impacto em suas práticas de consumo, mas também nas práticas de mercado, sociais e políticas. Como a Teoria do Desenvolvimento Humano evita abordar tais práticas em suas análises, a fim de possibilitar a sua constituição como uma regra geral de longo prazo, acaba por não as problematizar, tratando, por exemplo, as implicações da articulação entre grandes interesses econômicos e políticas governamentais como exceções ou efeitos circunstanciais.

Em consequência, as análises de Inglehart e seus colaboradores são elaboradas como se a própria expansão capitalista e a inserção das sociedades periféricas no mercado global não fizessem parte da dinâmica que pretendem prever. Por outro lado, Fraser (2009) defende que a globalização parece estar redefinindo as fronteiras dos Estados nacionais, trazendo novos atores para o cálculo da política e intensificando relações desiguais na economia, na política e na cultura. Ao mesmo tempo, o predomínio ideológico mundial do neoliberalismo tem financeirizado todas as esferas da vida social (FRASER, 2009). Nesse contexto, o fato de que existem efeitos periódicos contingentes revelam por si só a limitação da capacidade preditiva da teoria sob forma de regra geral.

Assim, a trajetória apontada como não linear, apesar do alerta sobre descontinuidades possíveis, acaba sendo descrita como de idas e vindas em uma mesma linha, em que o progresso é a regra.

Além disso, sob uma perspectiva crítica, a constatação de que alguns países são atrasados em relação a outros é vista com grandes ressaltos. Por exemplo, Escobar (2007) salientou a necessidade de que a ideia de desenvolvimento seja ressignificada para que comunidades locais possam manter suas culturas ao entrar em contato com o capitalismo. Isso porque, para o autor, mesmo a oposição às estratégias do capitalismo acabou cedendo à “ideologia desenvolvimentista”, formulando conceitos como “desenvolvimento participativo” ou “um outro desenvolvimento”. Mais recentemente, sob o âmbito de uma vertente oriunda dos estudos de Relações Internacionais conhecida como pós-colonialismo, as áreas disciplinares do *mainstream* foram questionadas por sua explicação isenta da discussão sobre processos imperiais e coloniais do sistema-mundo moderno (SETH, 2013 *apud* BALLESTRIN, 2017)<sup>6</sup>.

## Conclusão

O Estado de bem-estar social aparece na Teoria do Desenvolvimento Humano como essencial para moderar o capitalismo, para frear desigualdades extremadas, para barrar a reação conservadora aos valores liberais e, sobretudo, é tido como o elemento-chave para impulsionar a mobilização social promotora de mudança cultural. Apesar disso, as políticas sociais não recebem destaque nas análises elaboradas pelos autores, tampouco fazem parte da trajetória “desenvolvimento econômico - mudança cultural - democracia”, destacada na teoria. Sob o argumento de que a atuação estatal exacerbada pode converter-se em opressão e de que a mitigação da desigualdade de renda pode levar à perda do apoio popular à redistribuição, Inglehart e seus colaboradores participam do consenso pelo qual tais políticas precisam ser limitadas.

Assim, ao mesmo tempo em que revela o seu posicionamento político-ideológico, o autor acaba por deixar passar despercebida a conclusão de que, sendo a política social o elemento condutor entre desenvolvimento econômico e mudança cultural, sua ausência

---

<sup>6</sup> Uma das noções centrais dessa discussão implica a constatação de que mesmo após o fim do imperialismo europeu clássico do século XIX, determinadas dinâmicas coloniais foram mantidas, reinventadas e, sobretudo, marcadas pela globalização neoliberal como ideologia hegemônica (BALLESTRIN, 2017).



ou declínio traz prejuízo à própria trajetória da democracia que descreve. Sob essa perspectiva, oferece papel coadjuvante às políticas (e direitos) sociais, elaborando uma trajetória da democracia demonstrável, mas isenta de aspectos próprios da política, das relações de poder e do conflito. Nesse sentido, enquanto parte da literatura debate a real capacidade de políticas redistributivas executarem hoje a transformação desejada para evitar o colapso da democracia liberal nas sociedades ocidentais contemporâneas, haja vista o contexto financeirizado do capitalismo contemporâneo, Inglehart e seus colaboradores preferem abster-se de realizar o debate, pois veem o capitalismo como propulsor de uma transformação cultural essencial para a manutenção e ascensão da democracia liberal.

Portanto, a Teoria do Desenvolvimento Humano, por sua normatividade atrelada ao sistema político hegemônico, não propõe apenas uma trajetória de avanço da democracia, mas uma trajetória para que a democracia avance sem desestabilizar o consenso liberal hegemônico. Ainda assim, a sua perspectiva de longo prazo a impede de problematizar as contingências sociais, políticas, econômicas e culturais, que colocam mesmo o sistema democrático liberal em risco. Ademais, a noção presente na teoria segundo a qual os eventos de desigualdades de renda extremada são exceções solucionáveis com as políticas adequadas, revela a abordagem pragmática e focada na solução. Essa percepção, entretanto, envolve abstrair da reflexão o fato de que a ênfase na liberdade individual não apenas cria condições para a democracia liberal nos moldes concebidos na teoria, como também para a manutenção do modelo político-econômico focado na retração da intervenção estatal.

Nesse contexto, uma vez identificadas evidências do posicionamento dos autores frente à política neoliberal dominante, elaborou-se uma breve digressão da literatura que reconhece um dito neoliberalismo progressista, a fim de detectar algumas características dos pressupostos da Teoria do Desenvolvimento Humano em seus argumentos. No entanto, para além disso, pensando-se no neoliberalismo como um conceito que extrapola os limites da política econômica, buscou-se problematizar o posicionamento dos autores como parte de dada forma normativa de organização, que embasa e impacta as mais diversas relações sociais e políticas. Sob essa perspectiva, a abordagem neoliberal, ainda que sob vestes progressistas, sempre está adequada à manutenção do *status quo*, trazendo limitações a transformações estruturais necessárias para pensar-se, sobretudo, as sociedades em desenvolvimento.

**Cite este artigo (ABNT NBR 10520:2002, estilo APA)**

CABREIRA, Valéria. **Capitalismo e Bem-Estar Social na Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Políticos, Vol.12 | N.24, pp., 2021.

**Referências bibliográficas**

ALEXANDER, J. C. **Modem, Anti, Post, and Neo: How Social Theories Have Tried to Understand the ‘New World’ of ‘Our Time’**. Zeitschrift für Soziologie, vol. 23, n. 3, p. 165-197, 1994. Disponível em: <https://www.journals.vu.lt/sociologija-mintis-ir-veiksmas/article/view/6844>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANDRADE, D. **Neoliberalismo: Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade**. Novos Estudos, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002019000100007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100007). Acesso em: 15 jan. 2021

BALLESTRIN, L. **Imperialidade democrática como injustiça global: problemas para a democracia e a justiça no século XXI**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.) Encruzilhadas da Democracia. 1 ed. Porto Alegre: Zouk, p. 214, 2017.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. 1ª reimpressão. São Paulo: Filosófica Politeia, p. 256, 2019.

BURITY, Joanildo. **Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo**. Trabalhos para discussão. n. 107, p. 1-12, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/923/644>. Acesso em: 05 set. 2020.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependency and development in Latin America**. Berkeley: University of California Press, p. 227, 1979.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 698, 2019.

CRUZ, C.; RIBEIRO, U. **Metodologia Científica**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Gisella Narcisi, p. 384, 2003.

DAVIS, A. **Women, race and class**. Nova York, Vintage Books, p. 250, 1981.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la Rana, 2007.

FRASER, N. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova, n.77, p.11-39, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-64452009000200001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-64452009000200001&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 02 jul. 2020.

FRASER, N. **Do neoliberalismo progressista à Trump – e além**. Revista Política & Sociedade. vol. 17, n. 40, p. 43-64, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>. Acesso em: 2 jul. 2020.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. New York; London: Verso, p. 276, 2003.

GAT, A.; DEUDNEY, D.; IKENBERRY, G. J.; INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Which Way Is History Marching?** Debating the Authoritarian Revival. Foreign Affairs, vol. 88, n. 4, p. 150-159, 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20699630>. Acesso em: 02 mai. de 2020.

INGLEHART, R. **Democratização em Perspectiva Global**. Opinião Pública. vol. 1, n. 1, p. 09-67, 1993. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8640907>. Acesso em: 05 mai. 2020.

INGLEHART, R. **Modernization and Post-modernization**: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton, Princeton University Press, p. 452, 1997.

INGLEHART, R. **Globalization and Postmodern Values**. The Washington Quarterly. vol. 23, n. 1, p. 215–228, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1162/016366000560665>. Acesso em: 7 abr. 2020.

INGLEHART, R. **Technological Change, Cultural Change and Democracy**. In: BRETON, Raymond; REITZ, Jeffrey G. (org.). *Globalization and Society: processes of differentiation examined*. London: Praeger, p. 336, 2003.

INGLEHART, R. **Inequality and Modernization**: why equality is likely to make a comeback. *Foreign Affairs*. v. 95, n. 1, s/p., 2016a. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-12-14/inequality-and-modernization>.

Acesso em: 16 fev. 2018.

INGLEHART, R. **Danger of Descosolidation**: How Much Should We Worry? *Journal of Democracy*. vol. 27, n. 3, p. 18-23, 2016b Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-danger-of-deconsolidation-how-much-should-we-worry/>. Acesso em: 05 nov. 2018.

INGLEHART, R. OYSERMAN, D. **Individualism, Autonomy and Self-Expression**: The Human Development Syndrome. In: VINKEN, H.; SOETERS, J.; ESTER, P. (Eds.). *Comparing Cultures, Dimensions of Culture in a Comparative Perspective*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027.42/89924>. Acesso em: 09 abr. 2020.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. Tradução: Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo, Francis, p. 399, 2009a.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Changing Mass Priorities**: The Link between Modernization and Democracy. *Perspectives on Politics*. vol. 8, n. 2, p. 551-567, 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25698618>. Acesso em: 03 abr. 2020.

MIGUEL, L. F. **Teoria Democrática Atual**: Esboço de Mapeamento. *BIB*. n. 59, p. 5-42, 2005. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-59>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Unesp, p. 331, 2014.

MOUNK, Y. **The Undemocratic Dilemma**. Journal of Democracy. vol. 29, n. 2, p. 98-112, 2018. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/article/undemocratic-dilemma>. Acesso em 15 set. 2018.

NORRIS, P; INGLEHART, R. **Trump and the Populist Authoritarian Parties. Perspectives on Politics**. vol. 15, n. 2, p. 443-454, 2017. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/trump-and-the-populist-authoritarian-parties-the-silent-revolution-in-reverse/FE06E514F88A13C8DBFD41984D12D88D>. Acesso em: 18 mai. 2020.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 540, 2019.

PÉREZ-LIÑAN, A. **Podrá la democracia sobrevivir al siglo XXI?** Nueva Sociedad: democracia y política en América Latina. n. 267, p. 35-45, 2017. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/podra-la-democracia-sobrevivir-al-siglo-xxi/>. Acesso em: 10 set. 2018.

PIKETTY, T. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge: Harvard University Press, p. 696, 2014.

PINTO, C. R. J. **Redistribuir e Reconhecer: aportes para a igualdade**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). Encruzilhadas da Democracia. 1 ed. Porto Alegre: Zouk, p. 214, 2017.

RIBEIRO, E. A. **Valores pós-materialistas de cultura política no Brasil**. Maringá: Eduem: 2011.

RUIZ, E. S. **Globalização e convergência: rumos para as indústrias culturais latino-americanas**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. vol. 23, n. 2, 2000, p. 13-40. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2021/179>. Acesso em: 12 jul. 2020.

WALLERSTEIN, I. **The Capitalist World-Economy**. New York: Cambridge University Press, p. 320, 1979.

WATTS, L.; HODGSON, D. **Social Justice Theory and Practice for Social Work Critical and Philosophical Perspective**. Singapore: Springer Nature Singapore Pte Ltd., p. 210, 2019.